

Geneva Internet Platform

DigitalWatch

Você recebe centenas de peças de informação sobre política digital. Nós também as recebemos. Nós as decodificamos, contextualizamos e analisamos. Então, nós as resumimos para você.



“CONTRATO SOCIAL” DIGITAL

EDITORIAL: ESCOLHAS DIFÍCEIS PELA FRENTE

Enquanto a mensagem veiculada em janeiro era sobre tecnorrealismo, este mês nós veremos como as empresas pelo mundo afora precisam fazer algumas escolhas políticas difíceis. A controvérsia Apple /FBI e a decisão da Índia sobre a neutralidade da rede colocou em evidência a necessidade de um ‘contrato social’ sobre questões em torno da Internet.

Mais informações: 3

PRIVACIDADE E SEGURANÇA



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DIGITAIS EM FEVEREIRO

Segurança e privacidade, tanto quanto neutralidade da rede, jurisdição e questões legais foram altamente proeminentes nos debates políticos este mês. Nesse mês, os observatórios de políticas digitais revelam muitos desdobramentos que estão moldando a política digital.

Mais informações: 4-5



SEGURANÇA INFANTIL ONLINE

RUMO A UMA ABORDAGEM BASEADA EM DIREITOS

A proteção de crianças no ‘on-line’, como o termo indica, tende a se concentrar em abordagens protecionistas. Tais abordagens podem marginalizar outras dimensões cruciais relacionadas ao uso da Internet por crianças. Uma abordagem baseada em direitos olha para o potencial que a Internet tem de empoderar crianças, protegendo-as de riscos. Esta questão explora os elementos de uma abordagem baseada em direitos.

Mais informações: 6

ZERO-RATING & NEUTRALIDADE



ABORDAGENS E DENOMINADORES COMUNS

A decisão da Índia sobre serviços a taxa zero mantém a neutralidade da rede e o princípio de que, uma vez que um usuário está conectado à Internet, eles podem acessar qualquer recurso da Internet disponível. A decisão suscitou muitos pontos críticos, inclusive se é melhor ter algum acesso à Internet (como o serviço gratuito Básico do Facebook), ou nenhum acesso para tudo, como é atualmente o caso de muitas comunidades.

Mais informações: 7

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas apresenta o primeiro número da Geneva Digital Watch newsletter em sua versão em português. A newsletter é publicada mensalmente pela Geneva Internet Platform e pela Diplo Foundation e tornou-se rapidamente um importante canal de informação acerca dos principais temas relacionados às políticas digitais no âmbito global.

A diversidade de fontes e o grande volume de informação produzida sobre as políticas digitais representam um desafio para os atores interessados. Diante disso, a newsletter se propõe a identificar as questões mais importantes, sintetizar os principais desenvolvimentos ocorridos no mês anterior e identificar tendências para os próximos meses. Ela é, portanto, um veículo relevante para uma ampla gama de atores, sejam eles acadêmicos, membros da sociedade civil, representantes do setor privado ou elaboradores de políticas públicas.

Na versão em português da newsletter será incluída uma seção adicional sobre os principais temas em discussão no Brasil e em outros países da América Latina. Essa seção está aberta a contribuições de atores brasileiros e latino-americanos e os textos serão publicados em sua língua de origem (português ou espanhol). Nessa edição, agradecemos à Hyperderecho pela análise da cena regulatória peruana.

A publicação da Digital Watch newsletter é uma iniciativa que complementa o projeto “Panorama de Políticas Digitais”, um debate online mensal entre atores latino-americanos, e destes com um público global que se reúne para participar do webinar “Geneva Internet Briefing”. Convidamos a todos para participar desses debates, que ocorrem na última terça-feira de cada mês.

Por fim, a publicação da Digital Watch newsletter representa um esforço para intensificar a correlação entre os três níveis de governança digital – o nacional, regional e global – contribuindo para a maior convergência, harmonização e coerência entre as iniciativas de políticas nos três planos.

Desejamos a tod@s uma boa leitura!



Além deste boletim, você pode encontrar a cobertura em profundidade no ‘site’ da GIP Digital Watch (<http://digitalwatch.giplatform.org>) e juntar-se às discussões ao vivo, na última terça-feira de cada mês, ‘on-line’ ou em centros locais, ou nas instalações da Geneva Internet Platform | O boletim Geneva Digital Watch é publicado pela Geneva Internet Platform / DiploFoundation | Design de Viktor Mijatovic, do CreativeLab da Diplo | Autores desta edição: Stephanie Borg Psaila, Dejan Dincic, Jovan Kurbalija, Aye Mya Nyein, Vladimir Radunovic, Barbara Rosen Jacobson, Emanuele Sacchetto, Sorina Teleanu | A versão em português é publicada pelo Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas | Autores desta edição: Luca Belli, Marília Maciel, Louise Hurel e Carlos Guerrero (Hyperderecho) | Mande seus comentários para digitalwatch@diplomacy.edu

Lançamento do Relatório de Desenvolvimento Mundial 2016 Genebra

O mais recente relatório do Banco Mundial sobre Dividendos Digitais foi lançado no dia 1º de fevereiro, em Genebra. [Co-organizado pelo Grupo Banco Mundial e pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento \(UNCTAD\)](#), analisa a forma como a Internet e as tecnologias digitais podem beneficiar o desenvolvimento futuro, especialmente dos países em desenvolvimento. O relatório salienta que a adoção da tecnologia não é suficiente; entre outras recomendações, os países precisam reforçar as regulamentações, adaptar as competências dos trabalhadores às exigências da nova economia e garantir a responsabilização das instituições.

Futuro das Normas para Preservar e Valorizar a Estabilidade Cibernética Internacional

A discussão de dois dias organizada pelo Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento e pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, em 9 e 10 de fevereiro. [foi a primeira de três reuniões destinadas a analisar o progresso no desenvolvimento de normas para o comportamento responsável do Estado no ciberespaço, a desenvolver novas ideias, a identificar o que é tecnologicamente viável e útil, e a ajudar a estabelecer as bases para a próxima reunião do Grupo de Peritos Governamentais.](#) [A reunião reafirmou a importância do desenvolvimento de uma definição comum de ciberataques, infraestrutura crítica e armas cibernéticas, e propôs separar o conceito de segurança nacional \(sob a responsabilidade de cada Estado\) do de segurança na Internet, para tanto toda a comunidade da Internet deveria ser responsável.](#)

Conferência Lift 2016

A edição de 2016 da Conferência Lift, de 10 a 12 de fevereiro. [trouxe novas perspectivas sobre as atuais e futuras tendências da tecnologia e seu impacto cultural e social. Este ano, a conferência também examinou a relação entre inovação de TI e inovação em outros campos, como a energia limpa, meio ambiente, e serviços governamentais e políticas inteligentes. Leia nosso relatório.](#)

Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre Questões Internacionais de Políticas Públicas Relacionadas à Internet

Após a apresentação de 50 respostas à segunda consulta 'on-line' aberta do CWG [Grupo de trabalho do Conselho] na Internet sobre o [a Internet para Pessoas com Deficiências e Necessidades Específicas](#), o grupo de trabalho realizou uma consulta aberta física sobre o mesmo tema em 15 de fevereiro. [Um painel multidisciplinar de peritos discutiu o tema em detalhes durante a manhã. Aos autores das consultas submetidas 'on-line' foi dada a oportunidade de apresentar suas contribuições aos Estados-membros, pessoalmente ou via 'webcast'. O principal encontro da CWG-Internet, limitado aos Estados-membros, em 17 e 18 de fevereiro, discutiu se deveria resumir as recebidas durante a consulta aberta, ou marcá-las com identificadores de tema. O grupo também depurou cinco perguntas para a terceira consulta aberta, sobre os fatores que podem criar um ambiente favorável para o acesso à Internet.](#)

Grupo de Trabalho do Conselho da UIT [União Internacional de Telecomunicações] sobre Proteção 'On-line' às Crianças (CWG-COP)

Cerca de 100 pessoas interessadas, representando governos, setor privado, sociedade civil, academia e organizações internacionais e intergovernamentais, participaram física e remotamente da 11ª reunião do CWG-COP, em 16 de fevereiro. [O grupo discutiu vários temas relacionados com a segurança 'on-line' para crianças, tais como incremento à conscientização e atividades de capacitação, treinamentos educacionais, planos dos países e engajamento dos parceiros. O próximo tópico da consulta 'on-line' aos jovens será dedicado ao 'cyberbullying'.](#)

Grupo de Trabalho do Conselho da UIT na WSIS: Implementação de Resultados

A 28ª. Reunião do WG-WSIS [Grupo de Trabalho da WSIS (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação)], em 18 e 19 de fevereiro, [foi a primeira após a Reunião de Alto Nível \(HLM\) WSIS + 10.](#) [Devido ao curto período de tempo entre a HLM e a reunião do WG-WSIS, a imensa maioria das contribuições detalhadas e relatórios do secretariado da UIT \[apareceu muito próxima à própria reunião, tornando difícil para todos os Estados-membros analisar todas as implicações do material. Os Estados-membros concordaram que era importante garantir que a estrutura da WSIS apoiasse a implementação das metas de desenvolvimento sustentável \\(MDSs\\) relevantes. Os Estados-membros continuarão a deliberar sobre como conseguir isso na próxima WG-WSIS em outubro, bem como na reunião do Conselho da UIT de 2016, em maio.\]\(#\)](#)

Segurança cibernética e Desafios digitais para a Europa: O papel da Genebra Internacional

The Geneva Internet Platform welcomed College of Europe professors and students for a seminar on Cybersecurity and Digital Challenges for Europe – The Role of International Geneva. [O papel da Geneva Internacional, por ocasião de sua visita à Geneva Internacional em 23 de fevereiro. O papel dos diferentes agentes de governance da Internet e a categorização de problemas em grupos, ou "cestas", foram discutidos durante o dinâmico evento.](#)

Reunião de revisão final da consulta aberta do Fórum da WSIS

A reunião de avaliação final do Processo de Consulta Aberta do Fórum da WSIS. [também conhecida como Fase IV, em 26 de fevereiro, analisou as 115 questões recebidas durante o processo de consulta, a maioria providas da sociedade civil, dos governos e do setor privado. Sugestões sobre o formato do Fórum da WSIS foram feitas, incluindo mais discussões interativas em diferentes níveis. O fórum incluirá uma faixa de Alto Nível da WSIS para o diálogo estratégico sobre as metas de desenvolvimento sustentável, a cerimônia de entrega de prêmios da WSI, declarações políticas de partes interessadas de alto nível e uma mesa-redonda ministerial.](#)

DiploHack sobre Direitos Humanos

O evento DiploHack sobre Direitos Humanos, realizado em 26 e 27 de fevereiro, reuniu cerca de 50 participantes de diferentes bases profissionais para enfrentar os desafios relacionados com os direitos humanos, sob formas inovadoras. O evento colaborativo de programadores ["hackathon"] apresentou dois projetos, ou 'desafios': o primeiro teve por objetivo discutir a grande quantidade de conteúdo visual que requer verificação, e o segundo teve por objetivo encontrar soluções que permitam que defensores dos direitos humanos recolham e transportem provas de uma forma segura.

ESCOLHAS DIFÍCEIS PELA FRENTE RUMO AO IMEDIATO 'CONTRATO SOCIAL DIGITAL'

Janeiro trouxe ao foco o tecnorrealismo. O Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial 2016 argumentou sobre a necessidade de colher os benefícios dos 'dividendos digitais' que a Internet traz para a sociedade moderna, e nos alertou para os riscos da fragmentação da Internet.

Este mês, o tecnorrealismo nos mostra que as sociedades em todo o mundo precisam fazer algumas escolhas políticas difíceis. A controvérsia Apple / FBI e a decisão da Índia sobre a neutralidade da rede destacam a necessidade de um "contrato social" em torno de questões da Internet.

O debate Apple / FBI (em detalhe abaixo) trouxe de volta para o reino digital a velha questão de como equilibrar segurança e direitos humanos. Podemos ter mais segurança, salvaguardando os nossos direitos humanos, ou equilibrações entre termos incompatíveis ["trade-offs"] são necessárias?

A controvérsia sobre os serviços a taxa zero na Índia, o que levou a autoridade reguladora de telecomunicações a se pronunciar sobre a neutralidade da rede (em detalhes na página 7), destaca os dilemas que cercam tais serviços.

Enquanto muitos são a favor de fornecer acesso total à Internet para os usuários, a questão permanece no sentido de como isso pode ser alcançado. Alguns argumentam que o acesso à Internet a uma gama seletos serviços (tal como o FreeBasics do Facebook) é melhor do que não ter acesso algum. O cenário ideal seria que os governos e o setor privado se unissem para fornecer acesso total à Internet para os próximos bilhões de usuários em todo o mundo. Se isso não puder acontecer em breve, o verdadeiro dilema persistirá entre a ideia de igualdade de acesso e a realidade atual de milhões de cidadãos não conectadas em todo o mundo.

Do ponto de vista dos dividendos digitais, as sociedades em todo o mundo terão de fazer escolhas difíceis sobre o acesso à Internet, segurança e direitos humanos, além de gradualmente criar novos modelos de consenso. Estes podem se tornar os primeiros blocos para a construção de um "contrato social da Internet", ou "contrato social digital". Não é o típico contrato que exija assinaturas, é claro, mas um pacto social desenvolvido através de consenso dentro e entre as sociedades em todo o mundo sobre como lidar ao mesmo tempo com as oportunidades e os riscos da era digital.

EM FOCO

APPLE E FBI CENTRAM EM CONFLITO SOBRE SEGURANÇA, CRIPTOGRAFIA E PRIVACIDADE

A criptografia é atualmente um importante assunto de controvérsia entre empresas de tecnologia e as autoridades legalmente constituídas (LEAs / ALCs), especialmente nos Estados Unidos. A batalha recentemente ganhou uma nova dimensão depois que o FBI pediu à Apple para ajudar a quebrar o sigilo de um iPhone pertencente a um dos terroristas que mataram 14 pessoas em San Bernardino dezembro passado. O Tribunal confirmou o pedido.

Embora o FBI acredite que o telefone possa lançar mais luz sobre as atividades de terroristas, o que ajudaria as suas investigações, ele não pode quebrar senhas para acessar informações: um mecanismo de segurança é competente para apagar os dados se o código errado for inserido múltiplas vezes. Por conseguinte, o FBI pediu à Apple para ajudar a driblar este mecanismo de forma que fossem permitidas tantas tentativas de senhas conforme necessário para desbloquear o telefone.

A Apple reagiu fortemente à ordem do Tribunal, argumentando que o pedido do FBI não diz respeito apenas à quebra de sigilo de um telefone específico, mas também trata da criação de um 'backdoor', que poderia ser usado tanto pelas ALCs quanto pelos criminosos para acessar qualquer outro dispositivo iOS. Outras empresas têm manifestado apoio, incluindo o Google, o Twitter e o Facebook; ativistas de direitos digitais civis também deram seu apoio.

A empresa também está preocupada com o fato de que, ao respeitar a or-

dem, seria riado um perigoso precedente: autoridades poderiam, então, pedir às empresas para construir outras técnicas capazes de driblar a criptografia para ajudar na aplicação da lei. Isto não só representa uma séria ameaça para a privacidade e a segurança dos usuários e dispositivos, mas pode conceder às autoridades o poder, de fato, de influenciar a maneira pela qual as empresas desenvolvem seus produtos.

O FBI e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos argumentaram que eles não estão pedindo 'backdoors' ou decriptografia de dispositivos, mas, sim, uma 'one-time solution', limitado ao caso em questão. Em sua opinião, a recusa da Apple para ajudar o FBI significa que a empresa está dando mais valor aos seus interesses comerciais do que a uma investigação de terrorismo.

Os resultados são difíceis de prever, e algumas questões importantes precisam ser resolvidas: Por um lado, sob quais circunstâncias as autoridades têm o direito de solicitar às empresas de tecnologia para quebrar os sistemas de segurança que elas criaram para seus dispositivos? Que garantias existem, ou deveriam existir, em troca? Às autoridades seria permitido Influenciar a forma como as empresas desenvolvem seus produtos? Por outro lado, até que ponto deveriam as empresas proteger a privacidade dos usuários? Deve a privacidade ser protegida a qualquer custo?

A próxima audiência está agendada para 22 de Março. Siga nossa página no Encryption para os últimos avanços.



SEGURANÇA CIBERNÉTICA



Increasingly under focus: interplay between security, economy, and human rights

DESDOBRAMENTOS EM FEVEREIRO

Arquitetura
Global IG

a mesma relevância

O novo relatório [da GSMA](#) recomenda um 'reset' dos regulamentos antigos, os quais são considerados desatualizados, e coloca adiante princípios para formuladores de políticas que impactam a regulamentação do acesso, barreiras à entrada e saída, privacidade e a proteção de dados, análise de fusões, gestão do espectro e disponibilidade e acesso universal.

O inaugural Conselho de Coordenação da NETmundial Initiative (NMI) concordou que a NMI servirá como uma coalizão aberta para o desenvolvimento de capacidades durante sua próxima fase. O Conselho também propôs monitoramento da implementação da NETmundial Principles and Roadmap e que fosse levado em consideração a organização de uma conferência NMI + 5 em 2019.

Desenvolvimento
sustentável

a mesma relevância

O quadro indicador global como base para o relatório de progresso anual sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está em desenvolvimento; espera-se que a Comissão de Estatística das Nações Unidas (UN Statistical Commission) chegue a um acordo no próximo mês. Aspectos digitais são propensos a um lugar de destaque na criação dos indicadores.

Sem uma reforma urgente, a Association for Affordable Internet prevê que o mundo vai sentir falta da meta 9c dos ODSs (garantir do acesso universal e acessível nos países menos desenvolvidos), em duas décadas. Recomendações de políticas incluem a priorização de instalações de acesso público e a redução do custo de dispositivos.

Segurança



aumento na relevância

A decisão de um tribunal dos EUA [pedindo à Apple](#) para ajudar o FBI a desbloquear um iPhone desencadeou uma controvérsia mundial sobre criptografia e criação de 'backdoors'. O FBI pediu à Apple para criar "uma nova versão do sistema operacional do iPhone, contornando vários recursos de segurança importantes". Em uma carta aos seus clientes, [O CEO da Apple](#) disse que a empresa estava desafiando a ordem judicial, argumentando que o pedido do FBI poderia pôr em risco os dados e a privacidade do usuário. O resultado deste caso é passível de trazer um maior impacto na segurança e privacidade. Poucos dias antes da decisão do tribunal, um senador norte-americano defendeu legislação que obriga as empresas de tecnologia a cumprir com os pedidos do governo para acesso a dados.

Debates de criptografia sobre o Projeto conhecido como Snooper's Bill continuaram no Reino Unido, com as comissões parlamentares pedindo ao governo para esclarecer a legislação proposta sobre criptografia, [enquanto o Tribunal de Poderes de Investigativos \(Investigatory Powers Tribunal\)](#) decidiu que a atividade de "hacking" (quebra de sigilo) do GCHQ [Quartel-General de Comunicações do Governo] é legal.

Um em cada quatro usuários da União Europeia enfrentou um problema de segurança 'on-line' no ano passado, um estudo do Eurostat divulgado no Dia da Internet Segura assim revelou.

Privacidade
e direitos
humanos

aumento na relevância

Na esteira do escudo de privacidade União Europeia-EUA recentemente acordado, [cujos detalhes são esperados em breve](#), o Wikileaks revelou que a Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) interceptou líderes mundiais, incluindo o secretário-geral da ONU vários primeiros-ministros, ministros e embaixadores.

O CEO da Apple reagiu fortemente à decisão dos EUA que pediu à empresa para ajudar o FBI na quebra de sigilo de um iPhone e anunciou que iria se opor à ordem. [A Electronic Frontier Foundation](#) disse que irá apoiar legalmente a posição da Apple. [O Facebook](#), o Google e outras empresas de Internet expressaram seu apoio à Apple.

O Google está estendendo o direito ao esquecimento aos seus sites globais acessados na Europa; a filtragem será baseada em endereços de IP europeus. [A Comissão de Comunicações da Coreia](#) irá apresentar diretrizes, em meados de 2016, para defender o direito ao esquecimento.

A nova Lei do Cibercrime do Kuwait, que impõe severas restrições à liberdade de expressão, entrou em vigor. [Consultas em curso no Brasil](#) sobre propostas para a regulamentação do Marco Civil [são vistas](#) como uma tentativa de alterar proteções específicas, como as sobre privacidade do usuário.

Infraestrutura



a mesma relevância

A Cisco está prevendo um aumento considerável na adoção de tecnologias móveis que vão tornar a Internet de Tudo (Internet of Everything) mais sustentável. [enquanto a pesquisa sugere](#) que a Internet das Coisas (IoT) no mercado de utilidades deve valer mais de US\$ 10 bilhões em 2020.

A Microsoft está testando se os centros de dados podem operar abaixo da superfície do oceano, em uma tentativa de prevenir os serviços de informática do superaquecimento.

Neutralidade da rede



aumento na relevância

Depois de meses de controvérsia, a Autoridade Reguladora das Telecomunicações indiana decidiu em favor dos princípios de neutralidade da rede e contra tarifas discriminatórias para serviços de dados, bloqueando o FreeBasics do Facebook no país. [Leia mais sobre a decisão e os debates em torno dos serviços "zero-rating" na página 7.](#)

Comércio eletrônico e economia da Internet



a mesma relevância

O Senado dos EUA aprovou uma legislação que coloca uma proibição definitiva de Estados e governos locais taxarem o acesso à Internet. [enquanto o chanceler britânico pediu uma atualização das leis fiscais internacionais, as quais ele acredita não terem "mantido o ritmo" com o desenvolvimento da Internet.](#)

O Banco Central Europeu pretende introduzir um sistema que poderia permitir transferências bancárias de seus clientes utilizando números de telefone ou endereços de e-mail, em vez de um número de conta bancária. [enquanto a União Europeia pretende propor medidas para transações em moeda virtual.](#)

Jurisdição e questões legais



aumento na relevância

Um tribunal francês decidiu que o Facebook pode ser processado nos tribunais franceses, apesar dos termos de serviço afirmarem que ele responde às leis da Califórnia. [enquanto a autoridade de proteção de dados francesa ordenou que o Facebook cumprisse com a Lei de Proteção de Dados Francesa nos três meses seguintes à notificação, ou enfrentaria sanções.](#)

Transição IANA

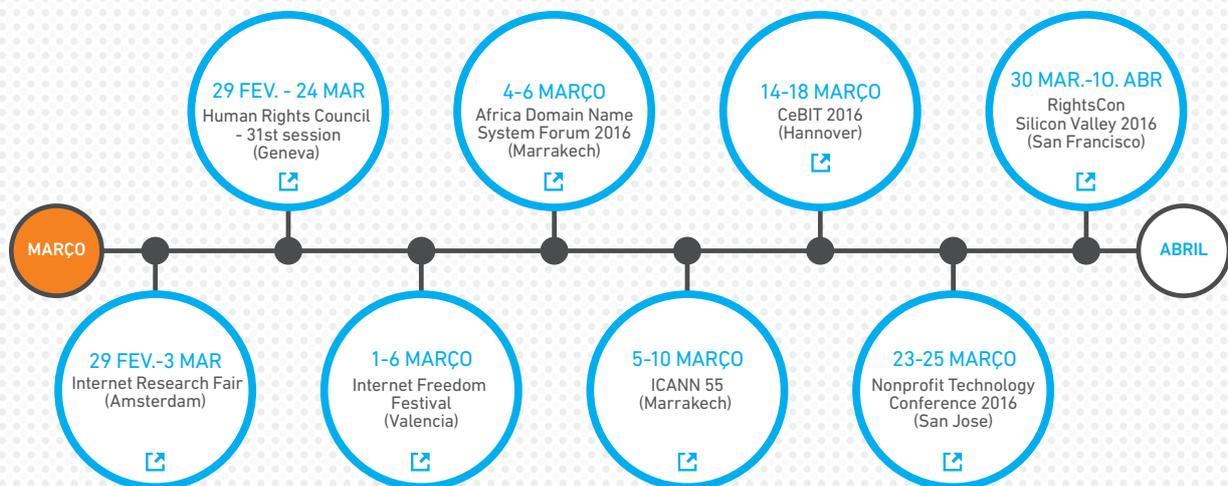


a mesma relevância

A ICANN nomeou seu novo CEO – Göran Marby, Diretor-Geral of Autoridade Suíça de Correios e Telecomunicações (Swedish Postand Telecom Authority - PTS) – que assumirá o cargo em maio, substituindo o ex-CEO Fadi Chehadé.

O Cross Community Working Group on Enhancing ICANN Accountability ('CCWG-Accountability') publicou um esboço de proposta final suplementar sobre as recomendações de prestação de contas no âmbito do Work Stream 1. [que precisam ser colocadas em prática durante a fase de transição. A proposta foi submetida à aprovação do CCWG licenciando organizações como um passo intermediário anterior à sua apresentação ao Conselho de Diretores da ICANN \(Board of Directors\).](#)

NO MÊS DE MARÇO



Para mais informações sobre o IG Barometer, consulte www.giplatform.org/barometer

SEGURANÇA INFANTIL ONLINE: RUMO A UMA ABORDAGEM BASEADA EM DIREITOS

No dia 9 de fevereiro, o mundo celebrou o Dia da Internet Segura 2016, um evento anual dedicado à conscientização, em especial entre de jovens e crianças, sobre o uso seguro e responsável da Internet e tecnologia. O evento ofereceu uma oportunidade para refletir sobre proteção da criança no ambiente online, uma área de governança da Internet que tem ganhado importância significativa nos últimos anos.

A proteção de crianças no online, comumente conhecida pelas pessoas que trabalham neste campo, é uma área que, apesar de ser complexa, é igualmente importante. O aumento de sua importância não é surpreendente, dado que um grande e crescente número de usuários da Internet são crianças. As tendências recentes têm mostrado que crianças a partir dos dois ou três anos estão acessando a Internet.

Até recentemente, devido aos riscos que as crianças enfrentam e a vulnerabilidade dos usuários jovens, a proteção da criança no online foi grandemente abordada – como o próprio nome indica – a partir de uma perspectiva protecionista. A proteção de crianças é encarada como assunto de alta prioridade sobre outros temas para as partes interessadas – governos, a indústria, a sociedade civil, educadores e pais – que cooperam neste domínio em nível nacional, regional e global.

No entanto, os especialistas hoje concordam sobre a necessidade de olhar para a criança e o mundo digital a partir de uma abordagem baseada em direitos. Enquanto proteger as crianças de riscos é, sem dúvida, importante, existem outras dimensões cruciais para uso da Internet pelas crianças. Uma abordagem baseada em direitos, portanto, visa maximizar as oportunidades do mundo digital para crianças e jovens, ao mesmo tempo protegendo-os de riscos.

O ex-Relator Especial para a promoção e proteção do direito à liberdade de expressão Frank La Rue criticou abertamente a abordagem protecionista, argumentando contra as políticas de proteção que tendem a concentrar-se exclusivamente sobre os riscos colocados pela Internet e a negligenciar o seu potencial para capacitar as crianças.

Dia da Internet Segura 2016

O Dia da Internet Segura é um evento dedicado à conscientização sobre a utilização segura, responsável e positiva da tecnologia digital para crianças e jovens. Ele é comemorado em mais de 100 países e é coordenado em conjunto pela rede Insafe / INHOPE de centros de conscientização e linhas diretas. Em 2017, o Dia da Internet Segura terá lugar será 7 de fevereiro.



Dia da Internet Segura 2016

**Terça-feira
9 de fevereiro**

Faça sua parte para
uma internet melhor

www.saferinternetday.org.uk



Quais são os elementos de uma abordagem baseada em direitos?

Os direitos das crianças estão consagrados em um dos mais amplamente ratificados tratados internacionais de direitos humanos: a Convenção sobre os Direitos da Criança. A Convenção estabelece os direitos das crianças de acordo com três grandes esferas -- provisão, proteção e promoção (ou participação) -- comumente referidas como os 3 Ps. A convenção promove conteúdo midiático para o benefício social e cultural das crianças; prevê os direitos da criança à recreação, ao lazer, à liberdade de expressão e de associação, e de serem consultadas sobre questões que as afetem; e protege contra abuso, negligência e exploração, interferências e ataques à honra e reputação da criança.

Especialistas – como a Professora Sonia Livingstone, do Departamento de Mídia e Comunicação, da Universidade de Economia e Ciência Política de Londres; John Carr, do Conselho do Reino Unido sobre Segurança Infantil na Internet; e Jasmina Byrne, do Escritório de Pesquisa-Innocenti da UNICEF – concordam que, embora formulada antes da adoção em massa da Internet, a convenção aplica-se tanto na era digital como antes dela. Em seu recente artigo, eles descrevem como certas disposições ganham imediata

relevância no mundo digital. Por exemplo, o acesso à informação, liberdade de expressão e seu (criança) direito a ser consultada podem encontrar uma aplicação direta no mundo digital.

Mas talvez isto não seja suficiente. Como os próprios peritos salientar, e como o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança recentemente recomendou – o que é necessário é uma interpretação de cada artigo da Convenção, adaptado à atual era digital; uma série de políticas que traduzem a convenção em ação tangível; e uma clara definição de diretrizes e um programa de ação que trate dos direitos digitais das crianças. Eventos que incidem sobre os direitos digitais e da utilização segura e responsável da tecnologia – como o Dia da Internet Segura – também são passos importante na direção certa.

[Nota do editor: Comentários sobre um rascunho do presente artigo, fornecido por Jenny Jones, diretor de políticas públicas da GSMA, e Patrick Geary, especialista em “children’s rights and business” na UNICEF, são reconhecidos agradecidamente.]

Leia mais sobre segurança ‘on-line’ e direitos digitais das crianças no observatório GIP Digital Watch.

TAXA ZERO: ABORDAGENS E DENOMINADORES COMUNS

Em 8 de fevereiro, após meses de controvérsia sobre o FreeBasics, a Autoridade Regulatória de Telecomunicações da Índia decidiu contra serviços "zero-rating". A proibição foi clara: 'Nenhum provedor de serviços deve oferecer ou cobrar tarifas discriminatórias por serviços de dados com base em conteúdo'.¹ Efetivamente, esta decisão bloqueou o FreeBasics na Índia. Quais foram os principais pontos de discórdia, e quais abordagens os países estão adotando para os serviços de "zero-rating"?

Serviços de "zero-rating", oferecidos por provedores de telecomunicações, muitas vezes em cooperação com os fornecedores de conteúdos e serviços (conhecidos como fornecedores "over-the-top", ou OTT), oferecem aos usuários móveis acesso gratuito a uma gama de serviços ou aplicações de internet escolhidos a dedo. Se o usuário já tem um plano de dados, tal acesso normalmente não conta para o limite de dados.

O FreeBasics do Facebook é um dos mais conhecidos exemplos de serviços de "zero-rating". Introduzido em 2014 em diversos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, o serviço fornece aos usuários acesso ao Facebook, à Wikipedia, boletins meteorológicos, 'sites' de saúde e um número limitado de outros serviços.

Iniciativas alternativas também surgiram. A "Equal Rating" da Mozilla, que é oferecida em parceria com um provedor de telecomunicações, por exemplo, oferece aos usuários de Bangladesh 20 MB de dados sem restrições, em troca de visualizarem um anúncio. Em vários países da África, o pacote inclui um 'smartphone' de US\$ 40 (que roda o Firefox OS), além de serviços gratuitos de voz, texto e dados por um tempo limitado.

Os principais argumentos

Embora os serviços de "zero-rating sejam cada vez mais adotados em muitas partes do mundo, este se tornou um assunto controverso.

Por um lado, proponentes argumentam que o serviço é particularmente importante em países onde as taxas de acesso à Internet são baixas, nos quais o "zero-rating pode ajudar a conectar 'o próximo bilhão de usuários'. Quando oferecida gratuitamente, o "zero-rating dá aos usuários que não podem pagar um plano de dados acesso a (algumas) informações; quando oferecida como parte de um plano de dados, reduz-se o custo do acesso à informações 'on-line'. Argumenta-se, portanto, que o acesso a algumas informações é preferível a nenhum acesso. Além disso, o livre acesso a certos tipos de aplicações pode gerar demanda para um acesso mais amplo à Internet, indiretamente encorajando operadores de telecomunicação a investir na construção e desenvolvimento de infraestrutura. Por outro lado, oponentes argumentam que "zero-rating" prioriza certos serviços em detrimento de outros, e, como tal, afronta o princípio da neutralidade da rede e prejudica a concorrência de mercado e a inovação.

Alguns também expressam preocupação com as implicações que o "zero-rating" poderia ter sobre os direitos humanos dos usuários, na medida em que tais serviços possam colidir com o direito do usuário à informação, quando visto como parte do direito mais amplo de liberdade de expressão. Outra preocupação é que aos novos usuários seja oferecido acesso a apenas um segmento da Internet, dando-lhes a impressão de que estes serviços são tudo o que há na Internet. Uma das consequências é que "zero-rating" poderia, portanto, distorcer a compreensão pelos usuários do valor da Internet aberta.

Identificando denominadores comuns

Apesar dos argumentos aparentemente bem alinhados, há muitas questões em aberto: Será necessário subsidiar o custo de acesso para ajudar a conectar os próximos um bilhão de usuários? Podem as questões ser resolvidas se serviços "zero-rating" oferecerem mais conteúdo educacional e local entre seus serviços escolhidos a dedo? Poderiam os próprios usuários ser autorizados a decidir quais serviços eles gostariam de usar?

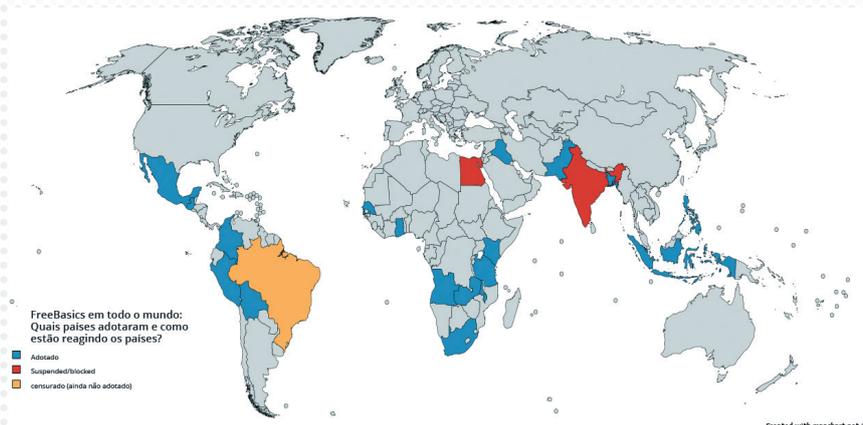
Embora já exista uma série de estudos que olham para os efeitos dos serviços a taxa zero, mais pesquisas são necessárias para ajudar a responder outras questões fundamentais: Se os usuários têm acesso permitido a apenas um número limitado de serviços, podemos realmente dizer que esses serviços aumentam o acesso à Internet? Levam tais serviços a "jardins murados" ou são eles um passo na direção correta em termos de conectar os próximos um bilhão de usuários?

No entanto, nós podemos identificar alguns denominadores comuns nos principais argumentos e abordagens.

- Uma abordagem com um guia "all-in-one" é improvável que funcione. Ao invés disso, mecanismos regulatórios poderiam resguardar interesses e dinâmicas locais, a partir de necessidades locais que definam o interesse público, além de dinâmicas locais que demandem diferentes abordagens.
- Os planos de dados poderiam oferecer aos usuários tantas escolhas quanto seja possível.
- No mínimo, planos e práticas de "zero-rating" precisam ser monitorados por órgãos reguladores e discutidos numa base caso a caso.
- Os efeitos de longo prazo dos serviços de "zero-rating" também precisam ser considerados.
- As discussões sobre políticas deveriam ser baseadas em evidências de pesquisas e envolver várias pessoas interessadas e comunidades.

Enquanto isso, a controvérsia sobre o FreeBasics levou alguns países – como a Índia e o Egito – a suspender ou bloquear o serviço. Agências reguladoras em países como o Brasil estão acompanhando de perto as implicações do "zero-rating" sobre a concorrência e direitos dos consumidores. Em outros países, como a Eslovênia, a existência de relação que proteja a neutralidade da rede foi diretamente implementada para banir o "zero-rating", sob o argumento de que os desafios vão além da lei de concorrência.

Siga os últimos desdobramentos sobre a neutralidade da rede e sobre os serviços a tarifa zero através de nossa página dedicada.²



O mapa ² mostra quais países adoram o Free Basics e como os países reagiram a ele.

BRASIL: SEGUNDA FASE DE CONSULTAS PÚBLICAS - MARCO CIVIL

Do dia 27 de janeiro ao 29 de fevereiro, os brasileiros tiveram a possibilidade de contribuir da segunda e última fase de consulta pública sobre o texto do decreto que regulamentará o Marco Civil da Internet (MCI). A consulta foi organizada pela Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério da Justiça afim de permitir que a sociedade civil, empresas e academia opinassem sobre a minuta disponibilizada no portal do projeto. Tal participação também contribuiu para a consolidação das contribuições feitas durante a primeira fase do debate.

O MCI, ou Lei 12.965 de 23 de abril de 2014, estabelece princípios, direitos e deveres dos usuários da Internet no Brasil. Não só o processo de elaboração do Marco Civil é considerado um exemplo para a democracia participativa bem como o seu conteúdo é estimado como progressista e garantidor de direitos. A função do decreto atualmente elaborado é de preencher eventuais lacunas de ordem prática ou técnica, logo fornecendo elementos para que seja possível a execução da lei, em conformidade com o raciocínio da mesma.

Nesse sentido, essa fase de consulta é essencial para corroborar as garantias previstas no MCI e reforçar a proteção de direitos dos cidadãos brasileiros no ambiente digital.

O documento está dividido em três partes: exceções ao princípio da neutralidade de rede; proteção aos registros, dados pessoais e comunicações privadas; e mecanismo de fiscalização e transparência. Os pontos mais críticos do decreto relacionados à neutralidade se referem à definição de serviços especializados, proibição da prática do zero-rating ou patrocínio de aplicativos, e definição das situações que justificam uma gestão razoável de redes a fim de garantir a prestação adequada de serviços e aplicações. Os pontos mais importantes no âmbito da *proteção de dados* se referem às condições de acesso aos dados cadastrais, transparência e requisições de dados pessoais.

As 1.469 contribuições à consulta pública são disponíveis no site do Ministério da Justiça [e](#) a contribuição do CTS/FGV é disponível no site [do projeto Internet Governance @ FGV](#).

PERU: LA NEUTRALIDAD DE RED Y LA “LEX STALKER”

Estado de la Neutralidad de la Red en el Perú

Después de haber abierto una ronda para comentarios en el mes de setiembre de 2015, el organismo regulador de las telecomunicaciones, OSIPTEL, está listo para entregar el proyecto final para el reglamento sobre Neutralidad de Red para el Perú en este mes o el siguiente. Este hecho permitirá analizar por fin si productos de Facebook como Free Basics, que se instaló en Perú desde el año pasado en alianza con el operador Entel, y otros “zero rating” cumplen o no con los criterios sobre neutralidad en el país. Actualmente estos servicios se ofrecen sin aprobación de OSIPTEL, pues el reglamento antiguo no contemplaba situaciones de esta naturaleza.

Decreto Legislativo 1182, “Ley Stalker”: Geolocalización y retención de datos en Perú

A finales de febrero del año 2016, la policía del Perú anunció los primeros “logros” del uso del Decreto Legislativo 1182, más conocida como “Ley Stalker”, aunque no brindó detalles sobre

si había criminales detenidos o si estaban siendo procesados y el protocolo de acción que usan no es accesible al público.

La Ley Stalker es una norma que fue promulgada en el mes de julio del año 2015 en el Perú como parte de un paquete de leyes destinadas a combatir la inseguridad ciudadana. Este decreto legislativo crea dos situaciones nuevas en ordenamiento jurídico del país:

1. Otorga a la policía peruana el poder de solicitar a las compañías de telecomunicación los datos de geolocalización de cualquier dispositivo móvil cuando exista la presunción de que existe un delito que está siendo cometido mediante el uso de estos dispositivos. Esta solicitud no está sujeta a una orden judicial previa, que será posterior a la intervención.
2. Crea la obligación para las compañías de telecomunicación de almacenar por el plazo de 3 años todos los datos relativos a las comunicaciones de todos los dispositivos móviles y ponerlos a disposición de la Policía para fines de investigación criminal.

CONVITE: PANORAMA DE POLÍTICAS DIGITAIS – MARÇO

Participe da terceira edição do Panorama de Políticas Digitais, a ser realizado no dia 29/03 das 9:00 às 10:30 (horário de Brasília).

Dando continuidade à bem-sucedida mesa-redonda ocorrida em janeiro e fevereiro, nosso encontro será dividido em dois momentos: a) debate regional: troca de ideias sobre desafios e estratégias de ação no Brasil, situado no contexto da América Latina; b) debate global: vamos entrar em sintonia com a GIP para um webinar, no qual poderemos discutir a evolução global das políticas de Internet e ouvir perspectivas regionais de outros colegas em todo o mundo.

Esse debate é fruto de um projeto desenvolvido por meio de uma parceria entre o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas e a Geneva Internet Platform, com o objetivo de auxiliar a compreender a evolução das políticas digitais e como elas irão moldar a Internet no futuro.

9:00 às 10:00: Debate global

Webinário sobre governança da Internet promovido mensalmente pela Geneva Internet Platform

10:00 às 10:30: Debate regional

Rio Hub para o Geneva Briefing - debate online facilitado pelo Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV

Estaremos divulgando maiores informações sobre como se inscrever no evento em breve!



Para receber o Digital Watch basta se inscrever no link: www.giplatform.org/